



1 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI) no**
2 **ano de 2023, realizada no dia 06 de junho de 2023 (terça-feira), às 14h, por videoconferência, com**
3 a seguinte **ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Apresentação de relatório de Comunicação do ano de**
4 **2022; 3 - Apresentação do Relatório Ambiental do ano de 2022; 4 - Apresentação do Relatório de**
5 **Cobrança do ano de 2022; 5 – Apresentação e aprovação de Resolução que estabelece critérios para**
6 **abertura de barras de lagoas costeiras; 6 - Apresentação do Sr. Ângelo Lima (Secretário Executivo**
7 **do OGA Brasil) - Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas; 7 - Análise e aprovação**
8 **dos pedidos de instituições por vaga na plenária do CBH-BPSI; 8 - Encerramento. Item 1 – Abertura:**
9 Reunião aberta às 14h31, em segunda chamada. Thaís Nacif (Agevap) apresentou a pauta da reunião.
10 José Armando (Município de Italva), Diretor Vice-presidente, perguntou ao João Gomes (Uenf),
11 Diretor Secretário, se não seria interessante abordar nessa plenária a denúncia que o próprio João
12 publicou no grupo de *whatsapp* dos diretores, a qual trata de possível captação irregular da empresa
13 Águas do Paraíba no aquífero Emborê e outros pontos. João Gomes concordou com a sugestão.
14 Zenilson Coutinho (Asflucan), Diretor Presidente, perguntou se alguém gostaria de sugerir inclusão de
15 pauta. José Armando pediu para incluir na pauta sua sugestão, baseada na reportagem citada e que
16 foi divulgada pelo João. João Gomes pediu para complementar e fez destaque a alguns pontos que
17 considerou importantes para o último ano do CBH-BPSI. Falou que o último ano foi de grande
18 importância para o Comitê, considerando os avanços conquistados e realizações. João Gomes seguiu
19 falando que a questão da água subterrânea é sensível e a denúncia preocupante, mas disse acreditar
20 que esses grandes empreendimentos e empresas possuam outorgas. Destacou a importância do
21 projeto de regularização hídrica da baixada campista e da sua expectativa de sua efetiva
22 implementação, o que poderá mudar a realidade hídrica da região. Comentou sobre a importância da
23 Sala de Monitoramento nesse contexto e deu destaque para a realização do IV Simpósio de Recursos
24 Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que foi um sucesso. Na sequência João Gomes falou do
25 relatório elaborado em parceria com a Defesa Civil Estadual, que tratou dos eventos climáticos
26 extremos e sua relevância na importante questão da reservação no trecho final da bacia. João Gomes
27 falou que o Grupo de Trabalho (GT) Vazões do Ceivap trabalha atualmente na regularização de vazão
28 do “Rio Paraíba do Sul 2”, o que só poderá acontecer com a junção dos esforços de todos os entes
29 federativos envolvidos. Falou que também está prevista a ampliação do projeto das estações
30 telemétricas em parceria com o Inea. Falou que hoje deverão ser aprovados dois relatórios e a
31 importância disso, ressaltando que o Ministério Público Estadual acompanha as reuniões do Comitê.
32 Falou que tão importante quanto a disputa por vaga na época da eleição do Comitê é a efetiva
33 presença e envolvimento nas reuniões. Falou que as reuniões plenárias são importantes e exige
34 responsabilidade dos seus membros. Zenilson Coutinho parabenizou o João Gomes por sua fala e
35 comentou que em todos os colegiados, como CERHI e CEIVAP, a participação é fundamental. **Item 2 -**
36 **Apresentação de relatório de Comunicação do ano de 2022:** Monique Soares (Agevap) se apresentou
37 como Especialista em Comunicação da Agevap e que atua no atendimento ao CBH-BPSI, junto do
38 Daniel, estagiário de comunicação que atua no escritório do Comitê em Campos dos Goytacazes.
39 Iniciou sua apresentação explicando que esse relatório também é apresentado ao Inea no âmbito do
40 Contrato de Gestão, objetivando comprovar o cumprimento das metas nele estabelecidas. Disse que
41 tentará ser breve e que pretende também divulgar as ações de comunicação desenvolvidas pelo CBH-
42 BPSI. Monique Soares discorreu sobre os produtos de comunicação explorados pelo Comitê em seu
43 plano de comunicação, como boletins, revistas, releases, assessoria de imprensa, vídeos, media
44 training, livretos, site oficial, redes sociais e outros. Citou a atuação no “pré-evento” do IV Simpósio,




45 que se iniciou no ano de 2022, e cujo evento foi realizado em abril de 2023. Monique detalhou cada
46 uma das principais ações e produtos do plano de comunicação. Lembrou que no final do ano de 2022
47 o Comitê aprovou o plano de atividades de comunicação para os anos de 2023 e 2024, o qual já está
48 em execução. João Gomes agradeceu a Monique e lhe parabenizou pela apresentação. Falou da
49 importância do estagiário Daniel na execução desse plano. João Gomes falou que foi divulgado um
50 *QR Code* contendo um documento compilado de todas as seções do CBH-BPSI nas revistas Quatro
51 Águas já publicadas até o momento. Pediu para aproveitar e dar destaque também, mesmo não se
52 tratando de um produto de comunicação, das Notas Técnicas elaboradas pelo Comitê e o produto
53 denominado “Fique por Dentro”. Monique falou que esse produto é elaborado pela Tatiana e conta
54 com a colaboração de toda equipe que atua no Contrato de Gestão nº 69/2022. Thaís lembrou que
55 esse relatório está disponível no site do Comitê e contém links para direcionar aos produtos citados.
56 Monique pediu para acessarem o site do Comitê, pois lá se encontram todos os documentos,
57 registros, relatórios, estudos e outros. **Item 3 – Apresentação do Relatório Ambiental do ano de**
58 **2022:** Raissa Guedes, Gerente do Contrato de Gestão (CG) nº 69/2022, iniciou apresentação do
59 relatório ambiental do ano de 2022. Mostrou na tela o site do Comitê e como fazer o caminho para
60 acessar o relatório lá disponibilizado ao público em geral. Falou que esse relatório é feito em conjunto
61 com os técnicos e gerentes dos Contratos de Gestão celebrados com o INEA. Reginaldo Ramos (Cedae)
62 perguntou à Raissa a origem dos dados qualitativos constantes do relatório. Raissa falou que as
63 informações foram extraídas do Plano de Bacia e que acredita que a fonte tenha sido o Inea mesmo,
64 mas que seria preciso consultar o Plano de Bacia para confirmar a informação. João Gomes falou que
65 a plenária precisa saber que o valor de cobrança não é um imposto e não pertence ao Estado. Disse
66 que particularmente percebe uma extrapolação das funções dos órgãos gestores, pois a atuação
67 destes são complementares à da delegatária Agevap e dos Comitês. Raissa confirmou que os Comitês
68 possuem legitimidades para deliberar o valor do Preço Público Unitário (PPU) cobrado pela água
69 captada. João Gomes criticou o fato da expressiva arrecadação de Comitês como Guandu e Baía de
70 Guanabara, que já arrecadam mais que o próprio Ceivap, considerando o fato de que aqueles utilizam
71 majoritariamente águas desviadas do Rio Paraíba do Sul e a maior parte de suas ações não
72 compensam os impactos causados na bacia por conta da transposição. Ronaldo Bartholomeu
73 (Sindicato Rural de Campos) perguntou se os eventos de cheias na baixada campista constam do
74 relatório ambiental apresentado. Raissa falou que isso não está no escopo do citado relatório. José
75 Armando falou que lhe preocupa a incapacidade de cobrar aqueles que utilizam da água. Disse que é
76 preciso aumentar o número de cadastrados para cobrança. Luciano Carniello (Emater) falou sobre
77 relatório de perda do setor agropecuário. Disse que a Emater costuma elaborar esse tipo de relatório
78 e na próxima vez que for feito, poderá enviar uma cópia ao Comitê. **Item 4 - Apresentação do**
79 **Relatório de Cobrança do ano de 2022:** Raissa Guedes iniciou apresentação do relatório da cobrança
80 do ano de 2022. Explicou que esse relatório é feito em conjunto com os gerentes dos Contratos de
81 Gestão (CG) celebrados com o INEA. Falou que o novo CG não traz mais essa meta. Explicou que o
82 relatório explica o conceito e fórmula do Preço Público Unitário (PPU), mecanismo de cobrança, etc.
83 Lembrou a importância de todos os membros conhecerem o relatório, bem como o tema da cobrança.
84 **Item 5 – Apresentação e aprovação de Resolução que estabelece critérios para abertura de barras**
85 **de lagoas costeiras:** Alan Vargas (Inea), Coordenador do Grupo de Trabalho de Lagoas Costeiras (GT
86 Lagoas) do CBH-BPSI, onde foi concebida a minuta da Resolução em questão, explicou que essa
87 resolução está sendo proposta para criar um regramento para a importante questão das lagoas
88 costeiras que eventualmente têm suas barras abertas de forma arbitrária e equivocada. A professora



89 Marina Suzuki (Uenf) explicou que a pretensão dessa resolução é providenciar um direcionamento
90 aos órgãos públicos e também população em geral com estabelecimento de critérios a serem
91 avaliados quando da intenção de se realizar abertura da barra de algumas dessas lagoas (de Iquipari,
92 de Grussaí e do Açú). Marina Suzuki explicou que essa tábua de critérios foi baseada na criada pelo
93 Comitê Macaé para a Lagoa de Imboassica. Luiza Salles (Ecoanzol), Diretora Administrativa, falou que
94 esse resolução vai representar um marco para a gestão das unidades de conservação. Falou da
95 importância das ferramentas de comunicação no contexto de educação ambiental nas comunidades
96 envolvidas nessas áreas. Marina Suzuki falou que Luiza Salles está correta e esse conhecimento e
97 pertencimento são fundamentais para a proteção desses corpos hídricos. Ronaldo Bartholomeu
98 perguntou se os critérios serão observados pelo Inea ou Secretarias Municipais do Ambiente. Marina
99 falou que todos os órgãos envolvidos deverão observar esses critérios. João Gomes falou que o Comitê
100 deverá zelar para que essa Resolução seja cumprida caso venha a ser aprovada. Disse que
101 sustentabilidade do sistema precisa considerar as comunidades tradicionais envolvidas, como
102 pescadores e produtores rurais, promovendo um diálogo constante. Alan Vargas chamou a atenção
103 para a importância do monitoramento dessas lagoas e citou a importância da atuação de todos os
104 membros do GT Lagoas e convidados que contribuíram de forma incansável nas reuniões. Falou que
105 o trabalho desse GT não encerra sua função, mas que agora vai buscar entender como o mesmo
106 poderá atuar. Luiza propôs a redação de um documento de agradecimento aos que participaram da
107 construção dessa resolução. Alan pediu para na próxima reunião do GT Lagoas a equipe da Agevap
108 apresentar uma avaliação sobre a pertinência da continuidade desse GT, se o mesmo continuará sua
109 atuação e de que forma. José Armando agradeceu à Thaís Nacif por sua contribuição nessa condução.
110 Agradeceu a liderança da Marina nesse processo e se disse realizado em presenciar e participar desse
111 momento. Zenilson Coutinho manifestou sua satisfação com a maturidade desse grupo. Thaís falou
112 que uma pequena alteração precisará ser realizada no Anexo I, atualizando o nome da estrada que
113 equivocadamente foi denominada “Estrada do Galinheiro”, mas que posteriormente foi identificado
114 que esse não é o nome correto. Em seguida Zenilson colocou em votação e a Resolução foi aprovada
115 por unanimidade. **Item 6 – Apresentação do Sr. Ângelo Lima (Secretário Executivo do OGA Brasil) -**
116 **Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas:** Ângelo Lima iniciou sua apresentação como
117 Secretário Executivo do OGA Brasil. Apresentou a OGA Brasil, sua composição, missão e atuação.
118 Apresentou “Os benefícios do monitoramento da governança para garantir segurança hídrica” e
119 propôs a realização de uma oficina, em dois dias com o mesmo conteúdo, abrindo espaço para ampla
120 participação dos membros do Comitê. O doutorando pelo IFF, Davi Viana, agradeceu a apresentação
121 do Ângelo Lima. Falou que trabalha esse protocolo em seu projeto de pesquisa que desenvolve no IFF
122 e disse que gostaria de aproveitar esse momento para propor uma adesão do Comitê ao protocolo,
123 pois a intenção é aplicar o protocolo no desenvolvimento de sua tese, com o objetivo também de
124 identificar formalmente o quanto o CBH-BPSI já avançou nos quesitos governança e gestão. Zenilson
125 falou que gostaria de analisar a proposta em Diretoria para posteriormente manifestar a posição dos
126 pares. Davi Viana falou que será preciso então, caso aprovado, o Comitê emitir carta/ofício ao OGA e
127 encaminhar a criação de um GT específico para atuar junto ao observatório. José Armando falou que
128 precisa entender melhor a dinâmica e como esse protocolo pode contribuir com o Comitê para o seu
129 desenvolvimento, por isso apoia o encaminhamento do Zenilson para discussão em diretoria, que
130 definirá sua adesão. Thaís Nacif falou que a oficina proposta vai proporcionar maior envolvimento e
131 será fundamental. Agradeceu ao Ângelo Lima pela apresentação e ao Davi Viana por sua atuação.
132 **Item 7 - Análise e aprovação dos pedidos de instituições por vaga na plenária do CBH-BPSI:** Thaís

133 Nacif mencionou que o quórum está prejudicado para fazer deliberação de aprovação de vaga.
134 Explicou que há três pedidos: CREA (que não ainda apresentou documentos requisitados), Aprusam
135 (que não possui período de atividade mínimo exigido) e Sindicato Rural de Conceição de Macabu (que
136 apresentou os requisitos necessários). Thaís Nacif falou que na próxima reunião plenária, que
137 acontecerá ainda nesse mês, poderá ser deliberado o pedido do Sindicato Rural de Conceição de
138 Macabu. Zenilson falou que o assunto da exploração do aquífero Emborê lhe preocupa muito, por
139 conta da obscuridade do tema, e sugeriu que o assunto continue em discussão nas instâncias do
140 Comitê e numa próxima plenária. José Armando destacou sua admiração pelo jornalista autor da
141 matéria relacionada à denúncia envolvendo o Emborê, disse que o profissional teve coragem de
142 denunciar tema tão caro a toda comunidade. Davi Viana falou que não está na presente reunião
143 representando o Inea, mas destacou que a SUPBAP não emite outorga, e sugeriu que a Diretoria de
144 Licenciamento Ambiental (DILAM) poderia ajudar o Comitê esclarecer a questão. Zenilson falou que
145 sabe que isso é competência do Inea, mas que é de extremo bom senso que ao menos se comunique
146 o Comitê. José Armando falou que o Inea envolve o Comitê, por exemplo, quando precisa da ajuda
147 deste na gestão do manejo das comportas, mas exclui o Comitê quando o assunto é esse tipo de
148 concessão de outorga. **Item 8 – Encerramento:** Reunião encerrada às 17h18. A presente ATA foi
149 lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto e depois de aprovada será assinada pelo Diretor
150 Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e
151 Itabapoana.



Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)
Diretor Presidente



João Gomes de Siqueira (UENF)
Diretor Secretário